

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
DEPUTADO GERALDO RESENDE
(PPS/MS), NA SESSÃO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS DO DIA 28/06/2005.**

OPERAÇÃO "MÃOS LIMPAS" NO BRASIL

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Considero que não há crime mais hediondo que o desvio de recursos públicos. Independentemente do dolo, da negligência ou de má-fé, seja em benefício próprio ou de outrem, a prevaricação, a desídia e a negligência de toda autoridade, de todo servidor público são atitudes execráveis. Em quaisquer circunstâncias essa ignomínia é inaceitável e não só merece, como exige o repúdio de toda a

sociedade e de toda a imprensa. Cada centavo desperdiçado ou desviado dos cofres públicos significa um sacrifício a mais para a população que sofre com a deterioração dos serviços que o Estado lhe presta. O engraxate, o lavador de carros, o dono da banca de revista da esquina, o camelô, a dona de casa, enfim, todo cidadão é um contribuinte em potencial, e só a eles devemos prestar contas.

Quando após horas e horas nas filas dos hospitais esses cidadãos não são atendidos por falta de médico, quando necessitam de medicamentos e as farmácias públicas estão vazias, quando sofrem nos transportes públicos deficitários, quando enfrentam a humilhação de passar dias e dias em filas para conseguir uma vaga na escola para seus filhos, nem sempre essas situações são resultantes de falta de verbas ou da incapacidade do Estado em investir. Em grande parte – ousado dizer que na maioria

delas – os recursos existem, mas estão sendo criminosamente desviados para outros fins nada louváveis.

Às vezes, Senhor Presidente, ridiculariza-se a tentativa de economizar o trivial nas despesas públicas, como se pequenas despesas fossem irrelevantes para a economia de um País. Basta somar os gastos de 27 estados, 5562 prefeituras e o gigantismo do Poder Federal para chegar a conclusão de que essas pequenas economias representam uma montanha incalculável de recursos públicos.

O nosso país, no entanto, senhoras e senhores Deputados é grandioso até mesmo no volume de escândalos. São estratosféricos os valores que envolvem os casos de corrupção e de desvios de dinheiro público. Fala-se em rombos de milhões, e talvez até mesmo de bilhões de reais. São cifras inimagináveis para os pobres mortais. A imprensa divulga todos os dias as bem sucedidas operações deflagradas pela Polícia Federal, em conjunto com o

Ministério Público, com a prisão de dezenas de envolvidos nos mais diversos tipos de golpes aplicados aos cofres do Estado ou com a sua complacência. Aliás, a Polícia Federal e o Ministério Público e, por que não dizer, a imprensa e os órgãos parlamentares de sindicância e investigação são hoje os melhores xerifes que merecem a credibilidade da população.

Acredito até, senhoras e senhores Deputados, que já passa da hora de recorrermos a ações semelhantes à operação “mãos limpas” adotada na Itália, entre as décadas de 80 e 90 e que redundou na prisão de boa parte dos mafiosos que minavam o Estado, disseminando o caos e a instabilidade. Nossa realidade hoje não difere muito da encontrada na Itália naquela época. Foi necessário um esforço enorme para o combate ostensivo a uma sociedade corroída pela corrupção, onde o Estado enfraquecido e também sofrendo a influência desses mesmos corruptos nada podia fazer.

A operação “Mãos Limpas”, iniciada pelo promotor Antonio de Pietro não deu tréguas aos corruptos, colocando no banco dos réus líderes políticos, empresários e ex-chefes de governo, como Giulio Andreotti e Bettino Craxi. A máfia fora desmantelada e os julgamentos eram transmitidos com os réus presos em jaulas, como animais.

Precisamos, senhoras e senhores Deputados, além de um choque de moralidade, também de um choque de competência. Os que detêm as chaves do cofre são pródigos em gastos supérfluos e mordomias desnecessárias, principalmente em benefício próprio e de correligionários e apaniguados, mas são extremamente parcimoniosos na hora de alocar recursos para investimentos que a médio e longo prazo trarão resultados extremamente positivos.

Um dos exemplos seria a criação de mecanismos eficientes que evitassem a constante evasão de recursos pelas mãos dos corruptos que se valem da

fragilidade dos mecanismos existentes, da falta de pessoal e de uma Justiça proceduralmente atrasada e que gera, conseqüentemente, a impunidade. Reformar a Justiça para torná-la mais ágil e contratar, por concurso público, servidores para áreas como Polícia Federal, Receita Federal, Ibama, INSS, Correios, enfim para todas as áreas de repressão e fiscalização seria a solução. A princípio pode parecer uma ameaça à estabilidade fiscal alocar recursos tão vultuosos para tal fim, mas a curto prazo os resultados alcançados seriam tão fantásticos que tornariam esses gastos iniciais plenamente justificáveis.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2005.

Deputado **GERALDO RESENDE**
PPS/MS